



**ALEXANDRE
DE MORAES**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Atualizado até a
EC 115, de 10.02.2022

38^a
edição

Revista,
atualizada
e ampliada



atlas

**ALEXANDRE
DE MORAES**

DIREITO
CONSTITUCIONAL

Atualizado até a
EC 115, de 10.02.2022

38^a Revista,
edição atualizada
e ampliada



O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

Fechamento desta edição: 17.02.2021

O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editores Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré

Barueri – SP 06460-080

www.grupogen.com.br

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

Capa: Aurélio Corrêa

*** CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M818d

Moraes, Alexandre de

Direito constitucional / Alexandre de Moraes. – 38. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-184-4

1. Direito constitucional Brasil. I. Título.

22-75938

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439



Sumário

1	DIREITO CONSTITUCIONAL	1
1	Constitucionalismo	1
1.1	Estado Constitucional: Estado de Direito e Estado Democrático.....	2
2	Conceito de Constituição.....	6
3	Classificação das constituições.....	7
3.1	Quadro geral	7
3.2	Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais.....	7
3.3	Quanto à forma: constituições escritas e não escritas	8
3.4	Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas	8
3.5	Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas.....	9
3.6	Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semirrígidas	9
3.7	Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias)	10
3.8	Constituição Federal de 1988	10
3.9	Outras classificações.....	10
4	Aplicabilidade das normas constitucionais.....	11
4.1	Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada.....	11
4.2	Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação.....	12
4.3	Normas programáticas	13
5	Interpretação das normas constitucionais	13
5.1	Interpretação conforme a Constituição – Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto – A interpretação constitucional e o ativismo judicial (Neoconstitucionalismo e Positivismo) ..	16
6	Preâmbulo constitucional.....	16
7	Fundamentos da República Federativa do Brasil	17

8	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	20
9	Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil	21
9.1	Asilo político	22
2	PODER CONSTITUINTE	25
1	Conceito e finalidade.....	25
2	Titularidade do Poder Constituinte.....	25
3	Espécies de Poder Constituinte	26
4	Poder Constituinte originário	26
4.1	Conceito	26
4.2	Formas de expressão do Poder Constituinte originário	26
4.3	Características do Poder Constituinte originário	27
5	Poder Constituinte derivado	28
5.1	Conceito e características	28
5.2	Espécies de Poder Constituinte derivado	28
3	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	29
1	Origem, desenvolvimento e finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa	29
1.1	Classificação dos direitos fundamentais	37
2	Natureza jurídica e eficácia das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais	38
2.1	Relatividade e conflito entre direitos e garantias individuais e coletivos.....	42
3	Direitos e garantias individuais.....	43
3.1	Diferenciação entre direitos e garantias individuais.....	43
3.2	Direitos fundamentais e garantias institucionais	44
3.3	Direitos fundamentais – classificação	45
4	Destinatários da proteção – titulares dos direitos e garantias	45
5	Direito à vida	46
6	Princípio da igualdade	47
6.1	Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público	50
6.2	Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I)	50
6.2.1	Critérios de admissão para concurso público	52
6.2.2	Critérios para admissão de emprego.....	52
6.3	Princípio da igualdade em relação homoafetiva e entidade familiar....	52
6.4	Princípio da igualdade e ações afirmativas	53
6.4.1	Princípio da igualdade e financiamento isonômico às candidaturas de pessoas negras como instrumento de efetividade da plena cidadania e combate à discriminação	54
7	Princípio da legalidade.....	55
7.1	Princípios da legalidade e da reserva legal	56

8	Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII)	58
9	Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V)	59
10	Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII)	60
	10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo	61
	10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório.....	62
	10.3 Limitações ao livre exercício da crença e do culto religioso	63
	10.4 Religião e cultura	63
	10.5 Assistência religiosa	64
	10.6 Ensino religioso de matrícula facultativa.....	65
11	Indenização por dano material, moral ou à imagem	67
	11.1 Direito de resposta ou de réplica	68
12	Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX)	69
13	Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem.....	71
14	Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI)	72
	14.1 Questão do dia e da noite	75
	14.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional	75
	14.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco	76
15	Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII)	77
	15.1 Possibilidade de interceptação telefônica	78
	15.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas	80
	15.3 Gravação clandestina	85
	15.4 Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas (“crime-achado” e investigações diversas) e prova emprestada	89
16	Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal.....	90
	16.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados... ..	90
	16.2 Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal	92
	16.3 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público	97
	16.4 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público.....	98
	16.5 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal	100
	16.6 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo.....	100
17	Direito de reunião (art. 5º, XVI).....	101
	17.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia	102
	17.2 Tutela do direito de reunião.....	103
18	Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI).....	103
	18.1 Finalidade lícita	103

18.2	Caráter paramilitar.....	103
18.3	Vedação de interferência estatal	104
18.4	Conteúdo do direito de associação	104
18.5	Dissolução das associações	105
18.6	Representação dos associados	105
19	Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo Poder Judiciário (art. 5º, XXXV)	105
19.1	Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado.....	106
19.2	Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva	107
19.3	Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição	107
20	Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI).....	108
21	Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	110
21.1	Justiças especializadas e tribunais de exceção	111
21.2	Tribunais de ética e tribunais de exceção.....	111
22	Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII)	111
22.1	Plenitude de defesa	112
22.2	Sigilo de votações.....	115
22.3	Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação.....	115
22.4	Competência constitucional do Tribunal do Júri.....	116
22.5	Constitucionalidade do recurso de apelação, previsto no art. 593, I, d, do Código de Processo Penal, quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos	118
23	Extradição (art. 5º, LI e LII)	121
23.1	Hipóteses constitucionais para a extradição	122
23.2	Requisitos infraconstitucionais para a extradição (Lei de Migração – Lei nº 13.445/2017)	124
23.3	Procedimento e decisão	128
23.4	Prisão cautelar por extradição	130
23.5	Atuação do Judiciário na extradição	132
23.6	Extradição, princípio da especialidade e pedido de extensão (extradição supletiva).....	133
23.7	Extradição e expulsão.....	133
23.8	Possibilidade de extradição ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros	136
23.9	Extradição e deportação	137
23.9-A	Extradição e entrega (<i>surrender</i>).....	137
23.10	Expulsão e deportação de brasileiros	137
23.11	Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo	138
24	Devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual (art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, e Lei nº 11.419/2006)	138

24.1	Inquérito policial e contraditório	142
24.2	Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006)	142
24.3	Enunciação constitucional dos direitos do presos	143
24.4	Ampla defesa, direito ao silêncio e o privilégio à não autoincriminação.....	144
25	Provas ilícitas (art. 5º, LVI)	148
25.1	Provas derivadas das provas ilícitas.....	151
25.2	Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa) ...	154
25.3	Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas	155
26	Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII)	157
26.1	Execução da pena após decisão de 2ª instância.....	158
27	Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX)	162
28	Prisão civil	163
29	Rol exemplificativo.....	164
30	Direitos fundamentais, tratados internacionais e novos instrumentos de efetivação dos direitos humanos fundamentais	165
31	Conflito entre as fontes dos direitos humanos fundamentais.....	171
4	TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES	173
1	<i>Habeas corpus</i>	173
1.1	Origem.....	173
1.2	Conceito e finalidade	174
1.3	Natureza jurídica.....	177
1.4	Garantia constitucional da liberdade de locomoção.....	177
1.5	Legitimidade ativa.....	179
1.6	Legitimidade passiva	181
1.7	Hipóteses e espécies	181
1.7.1	<i>Habeas corpus</i> preventivo (salvo-conduto).....	181
1.7.2	<i>Habeas corpus</i> liberatório ou repressivo	181
1.7.3	Liminar em <i>habeas corpus</i>	182
1.8	Possibilidade de supressão.....	182
1.9	<i>Habeas corpus</i> e assistente.....	183
1.10	Excesso de prazo	183
1.11	<i>Habeas corpus</i> impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal	184
1.12	<i>Habeas corpus</i> contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais	184
1.13	<i>Habeas corpus</i> contra ato ilegal imputado a promotor de justiça.....	186
1.14	<i>Habeas corpus</i> contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais	187

1.15	<i>Habeas corpus</i> contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais	188
1.16	<i>Habeas corpus</i> e recursos ordinários – concomitância	188
1.17	<i>Habeas corpus</i> – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade	189
1.18	<i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares	190
1.19	Empate no <i>habeas corpus</i>	191
1.20	Tutela da liberdade de locomoção – <i>habeas corpus</i> – recurso ordinário constitucional STJ	191
2	<i>Habeas data</i>	191
2.1	Conceito	191
2.2	Natureza jurídica.....	192
2.3	Finalidade	192
2.4	Cabimento	193
2.5	Legitimação ativa	194
2.6	Legitimação passiva	195
2.7	Procedimento (Lei nº 9.507/97)	196
2.8	Direito ao conhecimento e à retificação	198
2.9	Competência	199
2.10	<i>Habeas data</i> e dados sigilosos	200
3	Mandado de segurança	202
3.1	Conceito e finalidade	202
3.2	Espécies	203
3.3	Natureza jurídica.....	203
3.4	Cabimento do mandado de segurança.....	203
3.5	Conceito de direito líquido e certo	206
3.6	Legitimação ativa – impetrante	206
3.7	Legitimação passiva – impetrado	207
3.8	Prazo para impetração do mandado de segurança	209
3.9	Competência	211
3.10	Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais	211
3.11	Mandado de segurança individual e coletivo e liminares	212
3.12	Tutela dos direitos líquidos e certos – mandado de segurança – recurso ordinário constitucional STJ.....	214
4	Mandado de segurança coletivo.....	214
4.1	Conceito	214
4.2	Finalidade	215
4.3	Objeto.....	215
4.4	Legitimação ativa e passiva.....	216
4.5	Beneficiários	219
4.6	Mandado de segurança coletivo e individual.....	220
5	Mandado de injunção (Lei nº 13.300/2016)	220

5.1	Histórico	220
5.2	Conceito	221
5.3	Objeto do mandado de injunção	222
5.4	Requisitos	223
5.5	Legitimidade ativa.....	223
5.6	Legitimidade passiva	224
5.7	Procedimento.....	225
5.8	Competência	225
5.9	Decisão e efeitos do mandado de injunção	226
6	Direito de certidão	234
7	Direito de petição.....	235
7.1	Histórico e conceito.....	235
7.2	Natureza	235
7.3	Legitimidade ativa e passiva	236
7.4	Finalidade.....	236
8	Ação popular.....	236
8.1	Conceito	236
8.2	Finalidade.....	237
8.3	Requisitos	237
8.4	Objeto.....	237
8.5	Legitimação ativa	238
8.6	Legitimação passiva	239
8.7	Natureza da decisão	240
8.8	Competência	240
8.9	Sentença e coisa julgada.....	240
9	Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988	241
5	DIREITOS SOCIAIS.....	247
1	Conceito e abrangência	247
2	Direito à segurança no emprego	248
3	Rol dos direitos sociais	249
3.1	Proteção à maternidade. Direito à segurança no emprego e proteção contra trabalho insalubre	255
4	Liberdade de associação profissional ou sindical	257
4.1	Conceituação	257
4.2	Classificação dos direitos sindicais	258
4.3	Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade..	259
5	Direito de greve	261
6	DIREITO DE NACIONALIDADE	265
1	Conceito	265
2	Definições relacionadas à matéria.....	265

3	Espécies de nacionalidade	266
4	Brasileiros natos.....	267
4.1	Critérios de atribuição de nacionalidade originária	267
5	Hipóteses de aquisição originária	267
5.1	Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país	268
5.2	Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil	269
5.3	Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade (EC nº 54/07), pela nacionalidade brasileira	269
5.4	Opção	270
5.5	Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente (<i>ius sanguinis</i> + registro – EC nº 54/07)	272
6	Brasileiro naturalizado.....	274
6.1	Espécies de naturalização	274
6.1.1	Naturalização tácita ou grande naturalização.....	274
6.1.2	Naturalização expressa	275
6.2	Radicação precoce e curso superior	278
7	Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado.....	279
7.1	Brasileiro nato e naturalizado – diferenças.....	280
7.2	Cargos.....	280
7.3	Função.....	281
7.4	Extradição.....	282
7.5	Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação ..	282
8	Perda do direito de nacionalidade.....	283
8.1	Ação de cancelamento de naturalização.....	283
8.2	Naturalização voluntária	284
8.2.1	Regra constitucional.....	284
8.2.2	Exceções constitucionais.....	285
7	DIREITOS POLÍTICOS	287
1	Conceito	287
2	Direitos políticos	287
3	Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio.....	288
3.1	Conceituação	288
3.2	Classificação.....	289
4	Capacidade eleitoral ativa	290
5	Direito de voto	291
5.1	Natureza do voto	291

5.2	Caracteres do voto.....	291
6	Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto.....	293
7	Elegibilidade.....	294
7.1	Conceito	294
7.2	Condições	295
8	Direitos políticos negativos.....	297
8.1	Conceito	297
8.2	Inelegibilidades.....	298
8.3	Quadro de inelegibilidades.....	298
8.4	Inelegibilidade absoluta	299
8.5	Inelegibilidade relativa.....	299
8.5.1	Por motivos funcionais.....	300
8.5.2	Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade	312
8.5.2.1	Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo.....	316
8.5.3	Militar.....	317
8.5.4	Previsões de ordem legal.....	318
9	Privação dos direitos políticos	320
9.1	Perda	320
9.1.1	Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º)	321
9.1.2	Escusa de consciência	321
9.1.3	Outros casos de perda.....	322
9.2	Suspensão.....	323
9.2.1	Incapacidade civil absoluta	323
9.2.2	Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos.....	323
9.2.3	Improbidade administrativa.....	329
10	Partidos políticos	329
10.1	Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização	335
11	Língua e símbolos oficiais	338
8	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	339
1	Regras de organização	339
1.1	Adoção da federação	339
1.2	Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo.....	341
1.3	Capital Federal.....	341
1.4	União.....	342
1.5	Estados-membros.....	343
1.5.1	Autonomia estadual.....	343
1.5.2	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	349

1.6	Municípios	350
1.6.1	Lei orgânica municipal.....	350
1.6.2	Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política...	356
1.6.3	Vereadores – imunidade material	360
1.7	Distrito Federal	361
1.8	Territórios.....	362
1.9	Formação dos Estados	363
1.9.1	Fusão (incorporação entre si)	364
1.9.2	Subdivisão.....	364
1.9.3	Desmembramento	365
1.10	Formação de municípios.....	365
1.11	Vedações constitucionais de natureza federativa	367
2	Repartição de competências	369
2.1	Conceito	369
2.2	Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse.....	369
2.3	Repartição em matéria administrativa	371
2.3.1	Quadro geral	371
2.3.2	Competências administrativas da União	371
2.3.3	Competências administrativas dos Estados-membros	373
2.3.4	Competências administrativas dos municípios.....	373
2.3.5	Competências administrativas do Distrito Federal	374
2.3.6	Competência administrativa comum	374
2.4	Repartição em matéria legislativa	375
2.4.1	Quadro geral de repartição de competência legislativa	375
3	Intervenção.....	387
3.1	Parte geral	387
3.2	Intervenção federal	389
3.2.1	Quadro geral	389
3.2.2	Hipóteses	389
3.2.3	Procedimento de intervenção federal	390
3.3	Intervenção estadual nos municípios	393
9	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	395
1	Conceito	395
2	Princípios constitucionais da administração pública.....	396
2.1	Princípio da legalidade.....	396
2.2	Princípio da impessoalidade	396
2.3	Princípio da moralidade	397
2.4	Princípio da publicidade.....	399
2.5	Princípio da eficiência	400
2.5.1	Introdução	400

2.5.2	Princípio da eficiência e direito comparado	401
2.5.3	Conceito.....	402
2.5.4	Características do princípio da eficiência.....	404
2.5.5	Aplicabilidade e fiscalização	407
3	Preceitos de observância obrigatória à administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	409
3.1	Fixação do teto salarial do funcionalismo.....	415
3.2	Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros e servidores do Poder Judiciário	418
4	Concurso público	419
5	Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve)	425
6	Servidor público e data-base – princípio da periodicidade.....	429
7	Cumulação de vencimentos no setor público.....	430
8	Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional.....	435
8.1	Da necessidade da licitação	435
8.2	Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação	436
8.3	Da dispensa da licitação	437
8.4	Da inexigibilidade da licitação	437
8.5	Conclusão	437
9	Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos	438
10	Improbidade administrativa	440
11	Ação civil pública por ato de improbidade.....	444
12	Responsabilidade civil objetiva do Poder Público	446
12.1	Responsabilidade civil do Poder Público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino e em relação aos profissionais de imprensa	449
13	Servidor público e mandato eletivo.....	450
14	Sistema remuneratório do servidor público	451
15	Regra geral de aposentadoria do servidor público civil.....	454
15.1	Regra geral temporária de aposentadoria do servidor público civil da União (“ingresso pós-EC 103/19”)	457
15.2	Primeira regra de transição para a aposentadoria de servidor público federal que tenha ingressado no serviço público até a entrada em vigor da EC nº 103/19	458
15.3	Segunda regra de transição para aposentadoria de servidor público federal que tenha ingressado no serviço público até a entrada em vigor da EC nº 103/19	459
15.4	Aposentadoria especial para os titulares do cargo de professor	460
15.5	Aposentadoria especial para os titulares de cargos ligados à segurança pública e à atividade socioeducativa.....	461
15.6	Pensão por morte de servidor público	462
15.7	Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	464

15.8	Servidores públicos e contribuição previdenciária.....	464
15.9	Previdência Social, Emenda Constitucional nº 103/19 e o respeito aos direitos adquiridos	466
16	Estabilidade do servidor público civil.....	468
17	Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	470
18	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil....	471
18.1	Cargo público civil permanente	471
18.2	Cargo, emprego ou função pública temporária	472
19	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais.....	472
20	Emendas Constitucionais nºs 19/98, 41/03 e 47/05, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos	473
10	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	481
1	Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais.....	481
1.1	Introdução	481
1.2	Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade.....	482
1.3	Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público.....	485
1.4	Conclusão inicial	486
2	Poder Legislativo.....	487
2.1	Funções.....	487
2.2	Congresso Nacional.....	487
2.3	Câmara dos Deputados.....	491
2.3.1	Suplência e permanência no partido	493
2.4	Senado Federal	494
2.4.1	Suplência e permanência no partido	496
2.5	Função típica – fiscalização. Comissões Parlamentares de Inquérito....	497
2.5.1	Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito	499
2.6	Tribunal de Contas	508
2.6.1	Conceito, funções e finalidades	508
2.6.2	Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3).....	511
2.6.3	Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais	511
2.6.4	Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo	514
2.7	Estatuto dos congressistas	514
2.7.1	Introdução	514
2.7.2	Finalidade democrática	515
2.7.3	Histórico	516
2.7.4	Conceito de imunidades.....	519

2.7.5	Imunidades materiais	520
2.7.6	Imunidade formal – definição histórica	524
2.7.7	Imunidade formal em relação à prisão e à imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.....	526
2.7.8	Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação	528
2.7.9	Prerrogativa de foro em razão da função	534
2.7.10	Vencimentos dos parlamentares.....	536
2.7.11	Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas	537
2.7.12	Parlamentar e obrigação de testemunhar	538
2.7.13	Irrenunciabilidade das imunidades	538
2.7.14	Imunidades e parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado)....	538
2.7.15	Incompatibilidades	539
2.7.16	Perda do mandato	540
2.7.17	Conclusão	546
3	Poder Executivo	548
3.1	Estrutura do Poder Executivo.....	551
3.1.1	Chefe de Estado e Chefe de Governo	551
3.1.2	Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República	551
3.1.3	Vacância da Presidência da República	555
3.1.4	Atribuições do Presidente da República.....	557
3.1.4.1	Presidente da República e atos de clemência constitucional (graça, indulto e comutação de pena).....	560
3.1.5	Vice-Presidente da República	562
3.1.6	Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	564
3.2	Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República	566
3.2.1	Crimes de responsabilidade	567
3.2.2	Crimes comuns.....	579
4	Poder Judiciário.....	586
4.1	Conceito	586
4.2	Quadro de organização estrutural	587
4.3	Funções típicas e atípicas.....	588
4.4	Garantias do Poder Judiciário.....	589
4.4.1	Garantias institucionais	590
4.4.2	Garantias aos membros.....	594
4.4.3	Independência do Poder Judiciário e controle externo.....	598

4.4.4	Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário.....	600
4.4.5	Conselho Nacional de Justiça.....	602
4.5	Organização do Poder Judiciário.....	624
4.5.1	Fixação de subsídios do Poder Judiciário.....	627
4.5.2	Requisitos para ingresso na carreira da magistratura.....	629
4.5.3	Aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.....	629
4.5.4	Órgão especial dos tribunais – competências e critérios para a composição e eleição.....	630
4.5.5	Vedação constitucional às férias coletivas nos juízos e Tribunais de 2º grau e regulamentação do expediente forense no período natalino e na prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente.....	634
4.6	Escolha dos membros dos Tribunais Superiores.....	636
4.6.1	Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF).....	636
4.6.2	Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF).....	638
4.6.3	Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF).....	639
4.6.4	Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A da CF).....	640
4.6.5	Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF).....	641
4.7	Distribuição de competências jurisdicionais.....	642
4.7.1	Supremo Tribunal Federal.....	642
4.7.2	Superior Tribunal de Justiça.....	653
4.7.3	Justiça do Trabalho.....	658
4.7.4	Justiça Eleitoral.....	662
4.7.5	Justiça Militar.....	663
4.7.6	Justiça Federal.....	663
4.7.7	Justiça Estadual.....	666
4.7.8	Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: regra do “quinto constitucional”.....	668
4.8	Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal).....	671
4.9	Recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006) do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 2015 e Lei nº 13.256 de 2016).....	676
4.9.1	Recurso extraordinário.....	676
4.9.2	Requisitos constitucionais para o recurso extraordinário ...	677
4.9.3	Emenda Constitucional nº 45/04 e repercussão geral.....	678
4.9.4	Recurso extraordinário e repercussão geral (Lei nº 11.418/2006).....	681
4.9.5	Repercussão geral e Regimento do STF.....	684
4.9.6	Repercussão geral e multiplicidade de recursos extraordinários.....	686

5	Ministério Público	688
5.1	Histórico	688
5.2	Origem e desenvolvimento no Brasil	689
5.3	Posicionamento constitucional	693
5.4	Conceito	695
5.5	Princípios do Ministério Público	696
5.5.1	Unidade	696
5.5.2	Indivisibilidade	696
5.5.3	Princípio da independência ou autonomia funcional	697
5.5.4	Princípio do promotor natural.....	697
5.6	Funções.....	699
5.7	Ministério Público e poder de investigação.....	703
5.8	Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão	705
5.9	Garantias do Ministério Público	707
5.9.1	Garantias da instituição	708
5.9.2	Garantias dos membros	713
5.10	Vedação ao exercício da política partidária	716
5.11	Vedação ao exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério	717
5.12	Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público	719
5.13	EC nº 45/04 e Conselho Nacional do Ministério Público	724
5.14	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	729
6	Advocacia Pública	731
7	Advocacia	732
7.1	Indispensabilidade do advogado.....	732
7.2	Imunidade do advogado	734
8	Defensoria Pública	735
11	PROCESSO LEGISLATIVO.....	739
1	Conceito	739
2	Noções gerais.....	741
2.1	Conceitos iniciais	741
2.2	Processos legislativos	742
2.2.1	Classificação em relação às formas de organização política....	742
2.2.2	Classificação em relação à sequência das fases procedimentais.....	742
3	Processo legislativo ordinário	743
3.1	Fase introdutória.....	743
3.1.1	Iniciativa de lei do Poder Judiciário	744
3.1.2	Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61	745

3.1.3	Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo ou que desnature o projeto original.....	746
3.1.4	Vício de iniciativa e sanção	747
3.1.5	Iniciativa de lei do Ministério Público.....	748
3.1.6	Iniciativa popular de lei	749
3.1.7	Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial).....	750
3.2	Fase constitutiva	751
3.2.1	Deliberação parlamentar	751
3.2.2	Deliberação executiva.....	755
3.3	Fase complementar	758
3.3.1	Promulgação	759
3.3.2	Publicação.....	759
4	Espécies normativas.....	760
4.1	Emendas constitucionais	760
4.1.1	Quadro geral sobre limitações ao poder reformador	762
4.1.2	Limitações expressas	762
4.1.3	Limitações implícitas	765
4.2	Lei complementar.....	765
4.2.1	Lei complementar e lei ordinária – diferenças.....	766
4.2.2	Processo legislativo especial da lei complementar.....	767
4.2.3	Hierarquia – lei complementar e lei ordinária.....	767
4.3	Medidas provisórias	769
4.3.1	Procedimento da medida provisória – aprovação integral ..	770
4.3.2	Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações.....	773
4.3.3	Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional	774
4.3.4	Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional	776
4.3.5	Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada.....	777
4.3.6	Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto	777
4.3.7	Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória	777
4.3.8	Medidas provisórias e controle de constitucionalidade	778
4.3.9	Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias.....	781
4.3.10	Medida provisória e decreto-lei.....	783
4.3.11	Limites materiais à edição de medidas provisórias.....	784
4.4	Lei delegada.....	789

4.4.1	Natureza jurídica.....	789
4.4.2	Processo legislativo especial da lei delegada.....	790
4.4.3	O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada....	791
4.5	Decreto legislativo.....	791
4.5.1	Conceito.....	791
4.5.2	Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo	791
4.5.3	Tratados e atos internacionais e incorporação com <i>status</i> ordinário ou constitucional (direitos humanos).....	792
4.6	Resolução	796
4.6.1	Conceito.....	796
4.6.2	Espécies	796
4.6.3	Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções.....	796
4.7	Leis orçamentárias	797
4.7.1	Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais	800
4.7.2	Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias	801
4.7.3	Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária	801
12	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	803
1	Ideia central.....	803
2	Conceito	805
3	Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas.....	805
3.1	Requisitos formais.....	805
3.1.1	Subjetivos.....	805
3.1.2	Objetivos.....	806
3.2	Requisitos substanciais ou materiais	806
4	O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo Poder Executivo.....	806
5	Espécies de controle de constitucionalidade.....	807
5.1	Em relação ao momento de realização	807
5.2	Controle repressivo em relação ao órgão controlador	807
5.2.1	Político.....	807
5.2.2	Judiciário ou jurídico.....	808
5.2.3	Misto.....	808
5.3	Modelos clássicos de controle de constitucionalidade.....	808
5.4	Controle de constitucionalidade no Brasil	811
6	Controle preventivo	811

6.1	Comissões de constituição e justiça.....	812
6.2	Veto jurídico.....	812
7	Controle repressivo de constitucionalidade.....	812
8	Controle repressivo realizado pelo Poder Legislativo.....	813
8.1	Art. 49, V, da Constituição Federal.....	813
8.2	Art. 62 da Constituição Federal.....	813
9	Controle repressivo realizado pelo Poder Judiciário.....	814
9.1	Difuso ou aberto.....	814
9.1.1	Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário.....	817
9.1.2	Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF).....	818
9.1.3	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso.....	821
9.1.4	Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública.....	822
9.1.5	Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo.....	825
9.1.6	Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo.....	828
9.1.7	Controle difuso no recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais.....	829
9.2	Controle concentrado ou via de ação direta.....	829
10	Ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	831
10.1	Competência.....	831
10.2	Objeto.....	831
10.2.1	Conceito de leis e atos normativos.....	832
10.2.2	Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias.....	835
10.2.3	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das Constituições Estaduais.....	835
10.2.4	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal.....	836
10.2.5	Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal.....	837
10.2.6	Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal.....	837
10.2.7	Controle concentrado e respeito à legalidade.....	838
10.2.8	Tratados internacionais e controle de constitucionalidade....	838
10.2.9	Controle de constitucionalidade e decretos.....	841
10.3	Legitimação.....	842
10.3.1	ADIn e pertinência temática.....	842
10.3.2	ADIn e entidades de classe ou confederações sindicais.....	843

10.3.3	Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	844
10.3.4	Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	844
10.4	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade	845
10.5	Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade.....	846
10.6	Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial	849
10.7	Advogado-Geral da União.....	849
10.8	Procedimento e decisão	850
10.8-A	<i>Amicus curiae</i> e democratização do controle concentrado de constitucionalidade	853
10.8-B	Julgamento e decisão	856
10.9	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado.....	858
10.9-A	Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade	859
10.9-B	Efeitos repristinatórios.....	867
10.9-B.1	Interpretação conforme a Constituição	868
10.9-B.2	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	871
10.9-B.3	A interpretação constitucional e o ativismo judicial.....	872
10.9-B.4	Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade	874
11	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	876
12	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	878
12.1	Finalidade.....	878
12.2	Objeto.....	878
12.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	878
12.3.1	Legitimidade e procedimento.....	879
12.4	Decisão do Supremo Tribunal Federal.....	880
12.5	ADI por omissão (ADO) e medida liminar	881
13	Ação declaratória de constitucionalidade.....	882
13.1	Previsão	882
13.2	Finalidade.....	883
13.3	Legitimidade	883
13.4	Objeto.....	884
13.5	Procedimento e julgamento	885
13.6	Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal.....	889
14	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	890
14.1	Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva.....	895
14.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação.....	896
15	Súmulas vinculantes (Lei nº 11.417/2006)	899

13	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	913
1	Estado de defesa e Estado de sítio	913
1.1	Quadro comparativo: Estado de defesa e Estado de sítio	914
2	Forças Armadas	916
3	Segurança pública	918
3.1	Vedação absoluta ao exercício do direito de greve aos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública	923
3.2	Segurança pública e combate à criminalidade organizada	927
14	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	929
1	Dos princípios gerais da atividade econômica	930
2	Intervenção do Estado no domínio econômico	932
2.1	Utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais	933
3	Da política urbana	934
3.1	Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano	934
3.2	Usucapião constitucional de área urbana	934
4	Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária	934
4.1	Preceitos da política agrícola	934
4.2	Destinação das terras públicas e devolutas	935
4.3	Reforma agrária	936
4.4	Usucapião constitucional de área rural	937
5	Do sistema financeiro nacional	938
5.1	Emenda Constitucional nº 40/03	938
5.2	Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%	938
15	ORDEM SOCIAL	941
1	Seguridade social	941
1.1	Parte geral	941
1.1.1	Conceito	941
1.1.2	Objetivos	943
1.2	Saúde	943
1.2.1	Conceito	943
1.2.2	Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde	943
1.2.3	Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde	944
1.2.4	Promoção da saúde pública e combate a endemias	945
1.2.5	Promoção da saúde pública e combate a pandemias	946
1.3	Previdência social	948
1.3.1	Plano de previdência social	948
1.3.2	Regras sobre aposentadoria	950
1.3.3	Regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral da Previdência após a entrada em vigor da EC 103/19 (“filiados pós-EC 103/19”)	951

1.3.4	Primeira regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC 103/19”) – Critérios de tempo de contribuição e somatório da idade e do tempo de contribuição	952
1.3.5	Segunda regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC 103/19”) – Critérios do tempo de contribuição e idade.....	953
1.3.6	Terceira regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC 103/19”) – Critérios do tempo de contribuição existente até a entrada em vigor da EC nº 103/19, tempo total de contribuição e período adicional (“pedágio”)	954
1.3.7	Regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado de que trata o inciso I do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal (“filiados pré-EC 103/19”).....	955
1.3.8	Regra de transição para aposentadoria voluntária para o segurado ou o servidor público federal que tenha se filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da EC nº 103/19	955
1.3.9	Regime de previdência privada de caráter complementar ..	956
1.3.10	Pensão por morte concedida a dependente de segurado	956
1.4	Assistência social.....	957
2	Educação, cultura e desporto.....	958
2.1	Educação	958
2.1.1	Conceito.....	958
2.1.2	Princípios constitucionais do ensino.....	959
2.1.3	Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF)	961
2.1.4	Universidades.....	961
2.1.5	Preceitos constitucionais sobre a educação	962
2.1.6	Organização dos sistemas de ensino	963
2.1.7	Aplicação obrigatória de recursos à educação.....	964
2.2	Cultura	967
2.3	Desporto	969
2.3.1	Preceitos constitucionais.....	969
2.3.2	Justiça desportiva.....	970
3	Ciência e tecnologia	970
4	Comunicação social.....	970
4.1	Comunicação social e liberdade de informação	972
4.2	Garantia constitucional do sigilo da fonte	974
5	Meio ambiente	974
5.1	Constituição e proteção ao meio ambiente	974
5.2	Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente	979

6	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	982
6.1	Conceituação	982
6.2	Regras de regência das relações familiares	983
6.2.1	Princípio da paternidade responsável e exame do DNA.....	984
6.3	Tutela das crianças e dos adolescentes	985
6.4	Tutela aos idosos	986
6.4.1	Constituição Federal e Estatuto do Idoso	986
6.4.2	Saúde do idoso e cidadania.....	987
6.4.3	Estatuto do Idoso e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos	989
6.4.4	Idoso e transporte público	989
7	Índios	991
16	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	993
1	Conceito	993
2	Competências tributárias.....	995
3	Espécies de tributos.....	996
3.1	Impostos	997
3.2	Taxas	998
3.3	Contribuições de melhoria.....	1000
3.4	Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	1001
3.5	Empréstimo compulsório.....	1002
4	Competência residual tributária	1003
5	Imposto extraordinário	1004
6	Divisão dos tributos em espécie pelos entes federativos.....	1005
7	Repartição das receitas tributárias pelos entes federativos	1006
8	Regras constitucionais para repartição das receitas tributárias	1008
9	Limitações do poder de tributar.....	1011
9.1	Princípio da reserva legal tributária ou da legalidade estrita	1012
9.2	Princípio da igualdade tributária	1013
9.3	Princípio da irretroatividade da lei tributária	1013
9.4	Princípio da anterioridade tributária	1014
9.5	Princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal.....	1015
9.6	Princípio da vedação ao confisco.....	1017
9.7	Princípio da ilimitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens	1018
9.8	Princípio da capacidade contributiva	1018
9.9	Princípio da razoabilidade.....	1019
9.10	Princípio da uniformidade.....	1019
10	Imunidades tributárias e limitações do poder de tributar	1020
11	Isonções tributárias.....	1024
	BIBLIOGRAFIA.....	1027
	ÍNDICE REMISSIVO	1043